



RELATÓRIO DE PILAR 3
GERENCIAMENTO DE RISCOS
DATA BASE: 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	2
2. PERFIL CORPORATIVO	2
3. INDICADORES PRUDENCIAIS	5
4. VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS	5
4.1. RISCOS RELACIONADOS AO NEGÓCIO.....	5
4.1.1. RISCO DE CRÉDITO	6
4.1.2. RISCO DE MERCADO	6
4.1.3. RISCO DE LIQUIDEZ.....	7
4.1.4. RISCO OPERACIONAL	7
4.1.5. RISCO SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICO	8
4.2. GOVERNANÇA DOS RISCOS	9
4.3. DISSEMINAÇÃO DA CULTURA DE RISCOS	10
4.4. ESCOPO E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE MENSURAÇÃO DE RISCOS	10
4.5. REPORTES	11
4.6. TESTE DE STRESS.....	12
4.7. GERENCIAMENTO DE CAPITAL	12

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento à Resolução BCB nº 54, de 16/12/2020, que determina a elaboração e divulgação, em periodicidade anual, do relatório de Pilar 3 e ao pilar de transparência estabelecido no capítulo VII da Resolução CMN Nº 4.557, de 23/02/2017, que determina a divulgação de relatório de acesso público, o presente relatório tem o objetivo de descrever a visão geral do Gerenciamento de Riscos do Conglomerado Prudencial Bari, contendo a descrição das estratégias de gerenciamento de riscos e da atuação do Conselho de Administração (CA) e da Diretoria, de modo a permitir o claro entendimento da relação entre o apetite por riscos do Conglomerado e as suas principais atividades e riscos relevantes.

O Conglomerado Prudencial Bari ("Bari") é composto pelo Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., Bari Companhia Hipotecária e Bari Securitizadora S.A., sendo o primeiro líder do Conglomerado e instituição enquadrada no segmento S4, nos termos da Resolução CMN nº 4.553, de 30/01/2017.

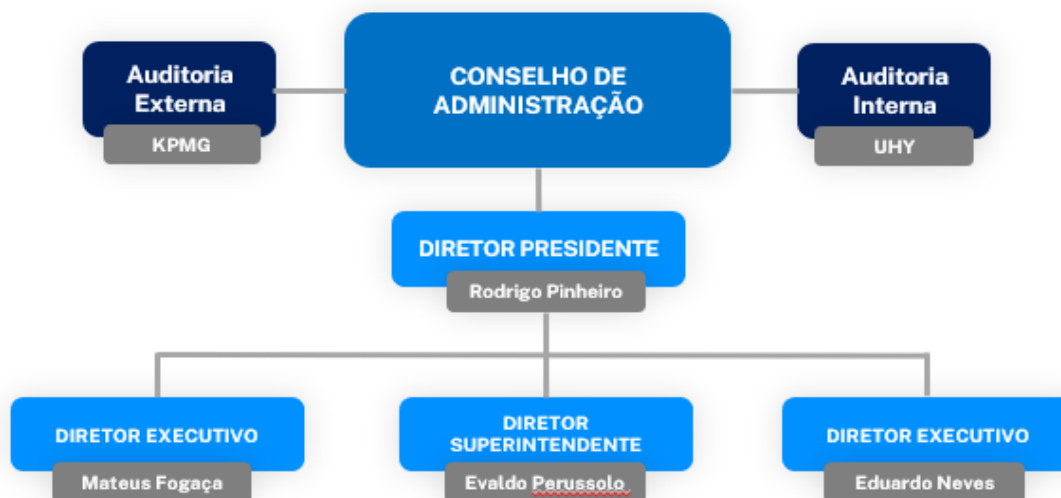
As informações aqui dispostas referem-se ao período de 01/01/2023 a 31/12/2023.

2. PERFIL CORPORATIVO

O Banco foi constituído no segundo semestre de 2018 por mudança de objeto social da Barigui S.A – Crédito, Financiamento e Investimentos (Barigui Financeira). A mudança em questão foi aprovada pelo Banco Central do Brasil, que noticiou, via edição do DOU nº 182, de 24/09/2018, a transformação daquela Financeira em banco múltiplo, denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S.A., com duas carteiras operacionais: a) investimento e b) crédito, financiamento e investimentos. Em agosto de 2019, foi aprovada nova mudança de denominação social para "Banco Bari". Em maio de 2021, o Banco Central do Brasil aprovou a criação das carteiras Comercial e de Crédito Imobiliário, ficando o Banco Bari autorizado a operar quatro carteiras.

O Conglomerado Financeiro Bari é composto pelo Banco Bari e pela Bari Companhia Hipotecária, sendo que o primeiro figura como controlador da segunda. A par disso, o corpo diretivo do Conglomerado Financeiro está constituído dos mesmos executivos, o que resulta em perfeita harmonia e identidade de políticas. O órgão máximo da estrutura é o Conselho de

Administração do Banco, que estabelece as diretrizes de relevância para o desenvolvimento dos negócios conforme demonstrado abaixo:



O Conselho de Administração do Banco é composto pelos seguintes membros: 1) Ivo Luiz Roveda – Presidente; 2) Enio Fornea Junior – Vice Presidente; 3) Antônio Bordin Neto; 4) Felix Archanjo Bordin; e 5) Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro. Todos devidamente aprovados pelo Banco Central do Brasil, conforme Comunicado nº 33.914, de 29/07/2019.

O Banco Bari figura como controlador da Bari Securitizadora, e esta última foi constituída em 28 de outubro de 2008, tendo como principais objetivos sociais: (a) a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários; (b) a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, e disposições legais subsequentes; e (c) a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários. A Companhia tem sede em Curitiba, estado do Paraná e possui filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Bari Securitizadora possui seu próprio corpo diretivo e tem como órgão máximo da sua estrutura o Conselho de Administração, que estabelece as diretrizes de relevância para o desenvolvimento dos negócios.



O Conselho de Administração da Securitizadora é composto pelos seguintes membros: 1) Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro; 2) Enio Fornea Junior; e 3) Ivo Luiz Roveda, eleitos em abril de 2020.

Formam o Conglomerado Prudencial Bari, as 03 (três) empresas mencionadas anteriormente, ou seja, Banco Bari, Bari Hipotecária e Bari Securitizadora. Diversas atividades, em especial aquelas concernentes à área administrativa, em que se incluem a ouvidoria, contabilidade, o gerenciamento integrado de riscos, compliance, entre outros, com base em disposições da Comissão de Valores Mobiliários e do Banco Central do Brasil estão aglutinadas no Banco Bari, líder do Conglomerado.

2.1. Destaques do período

Em 01 de dezembro de 2023, a agência classificadora de risco de crédito, Austin Rating, considerando uma escala nacional, atribuiu o rating de crédito 'brBBB', com perspectiva estável, para o Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. e para a Bari Companhia Hipotecária. A Austin Rating entende que ambas possuem solidez intrínseca adequada e qualidade de suporte externo moderada, representando, assim, baixo risco aos seus depositantes e credores em geral.

Acesse os relatórios nos links a seguir:

- https://www.austin.com.br/Relatorio/Rating/Banco_Bari_de_Investmentos_e_Financiamentos_SA_/10736
- https://www.austin.com.br/Relatorio/Rating-Destaque/10737/Bari_Companhia_Hipotec%C3%A1ria

3. INDICADORES PRUDENCIAIS

Os quadros abaixo apresentam os indicadores prudenciais apurados pelo Bari em dezembro de 2023.



4. VISÃO GERAL DO GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Bari conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo entre outros, os riscos de: Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional, Social, Ambiental, Climático e Gerenciamento de Capital. Tal estruturação possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto. Ademais, assegura que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam subsidiar as resultantes decisões administrativas, tornando-as mais assertivas e mantendo-as sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda, atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Declaração de Apetite por Riscos (“RAS”) é o documento que sintetiza e formaliza os riscos relevantes para o modelo de negócio do Bari, bem como declara seu apetite, tolerância e capacidade para assumir e gerenciar riscos.

4.1. Riscos Relacionados ao Negócio

As empresas do Conglomerado Prudencial Bari operam no mercado conforme os produtos aos quais são especializados, a seguir o elenco de produtos/serviços ofertados por tipo de empresa:

Banco Bari	Bari Companhia Hipotecária	Bari Securitizadora
<ul style="list-style-type: none"> • Conta de Pagamento; • Conta de Depósito à Vista; • Crédito Consignado; • Crédito Imobiliário (aquisição, refinanciamento, home equity, compra de carteira); • Produtos de Investimentos (CDBs, LCIs, CRIs); • Capital de Giro; • Crédito Pessoal; • Cartões – Débito e Crédito; • Custódia – Valores Mobiliários e Custódia Física (CCIs); • Serviço de Coordenador Líder; • Serviço de Banco Liquidante. 	<ul style="list-style-type: none"> • Crédito Imobiliário (aquisição, refinanciamento, home equity, compra de carteira); • Emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCIs); • Custódia Física (CCIs); 	<ul style="list-style-type: none"> • Securitização Imobiliária: emissão de CRIs.

Diante de tal cenário, o Bari está exposto aos principais riscos, conforme segue:

4.1.1. Risco de Crédito

A Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito monitora a qualidade em níveis coerentes com o apetite de risco do Bari para cada segmento de mercado em que opera e o comportamento da carteira de crédito através de indicadores consistentes, tanto aqueles definidos por modelos internos, a fim de atender a complexidade do negócio, quanto àqueles previstos pelos órgãos reguladores, visando alcançar boas práticas de mercado.

O comportamento da inadimplência é analisado de forma sistemática e metódica com o objetivo de identificar, avaliar e acompanhar tendências, promovendo ações que buscam o controle e mitigação dos riscos.

4.1.2. Risco de Mercado e de Taxa de Juros

Define-se o risco de mercado e de Taxa de Juros como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado e no resultado de intermediação financeira de instrumentos financeiros detidos pelas instituições do Bari.

A estrutura de Gerenciamento do Risco de Mercado e de Taxa de Juros (IRRBB) possui, ainda, um escopo focado no controle do risco do descasamento das posições ativas e passivas no tocante às taxas/indexadores praticadas pelo Bari.

É objetivo do controle de risco de mercado e de Taxa de Juros apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para avaliação e controle desses riscos, possibilitando a

mensuração e acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

4.1.3. Risco de Liquidez

Define-se o risco de liquidez pela possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A definição também inclui a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez é responsável por identificar, avaliar, monitorar, mensurar, controlar e reportar a exposição ao Risco e situações que possam comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da organização.

O comportamento do fluxo de caixa é acompanhado diariamente e outros indicadores de liquidez são monitorados mensalmente de forma independente e sistemática, buscando identificar situações de risco e promover ações que garantam a boa saúde financeira da instituição.

4.1.4. Risco Operacional

Define-se como risco operacional a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Inclui-se também nesta modalidade o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimentos de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Os processos de gerenciamento do risco operacional incluem:

- a) Elaboração de propostas de atualização de políticas que estabeleçam critérios para identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte e controle dos riscos que possam impactar o Bari;

- b) Disseminação da Cultura de Gerenciamento de Risco Operacional aos colaboradores da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados relevantes;
- c) Identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os principais riscos que podem afetar a geração de seus valores, e garantir que eles estejam em linha com a sua Declaração por Apetite por Riscos (RAS);
- d) A área de Governança de TI é responsável pela definição e disseminação de políticas, padrões e projetos de segurança, visando à proteção dos ativos de informações do Bari, baseada nas melhores práticas mundiais de Segurança da Informação. Direciona análises de segurança e participa de projetos de tecnologia sob o escopo da segurança dos sistemas, define os modelos de controles de acesso e a implementação de controles para mitigar riscos de segurança nas áreas de negócio;
- e) Realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- f) Os resultados apresentados nos Relatórios de Auditoria são utilizados para corrigir, adaptar, promover melhorias ou reformulações no gerenciamento do risco operacional.

4.1.5. Risco Social, Ambiental e Climático

Define-se o risco social como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos de interesse comum.

Define-se o risco ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais.

O risco climático divide-se em duas vertentes, sendo:

- **Risco climático de transição:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de eventos relacionados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados;
- **Risco climático físico:** define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

A Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática do Bari caracteriza o crédito imobiliário como a modalidade de crédito mais sensível ao risco, devido à possibilidade do imóvel, objeto do financiamento e/ou garantia da operação, apresentar desconformidades socioambientais. Neste último contexto, incluímos as operações de compra de carteiras, alcançando as incorporadoras e construtoras cedentes de créditos.

Vale registrar que o Bari desenvolve ações para prevenção dos riscos citados, em especial na área de crédito imobiliário, inserindo nas avaliações de imóveis apurações sobre eventuais pendências junto aos órgãos encarregados de coibir irregularidades na área aqui tratada.

Somam-se ao descrito anteriormente, ações que visem promover o respeito aos direitos humanos, à sua diversidade e à sua dignidade, observando a individualidade e a privacidade, impedindo a prática de atos discriminatórios e de assédio, no ambiente de trabalho e em todas as relações, com o público interno e externo. Também atuar na prevenção e combate a atos ilícitos, tais como lavagem de dinheiro, corrupção, fraudes, trabalho escravo e ações com vistas ao gerenciamento do risco climático em que se inserem eventos relacionados à alterações ambientais severas e transição para uma economia de baixo carbono.

4.2. Governança dos Riscos

Para uma adequada Governança do Gerenciamento Contínuo e Integrado de Riscos e Capital, o Bari definiu na política de gerenciamento de riscos e de capital, quais são as responsabilidades de cada ente envolvido.

Nesta estrutura de Governança, destacam-se o Conselho de Administração e o CRO (*Chief Risk Officer*), apoiados pelas áreas de: a) Controladoria (FP&A); b) Compliance e Controles Internos; e c) Governança de TI, que exercem atribuições distintas e complementares entre si.

No Bari, a estrutura destacada acima segue o modelo de "três linhas de defesa", conforme descrito abaixo:

Primeira Linha de Defesa: são as áreas de negócios, responsáveis por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos de seu negócio. Cada unidade de negócio tem riscos operacionais inerentes e deve manter controles internos eficientes, além de implementar ações corretivas para resolver as deficiências em processos e controles.

Está representada pelo corpo de Diretores, com destaque especial para o Diretor Superintendente, que exerce a função de CRO (Chief Risk Officer), e demais gestores de cada área de negócio ou suporte, que são responsáveis diretos por implementar ações que assegurem a conformidade de seus processos e o adequado gerenciamento dos riscos, controles e reportes dos mesmos.

Segunda Linha de Defesa: inclui as funções de Compliance, Controles Internos, Controladoria (FP&A) e Governança de TI, que trabalham em conjunto com as áreas de negócios e operações, com o objetivo de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar corretamente os riscos do seu negócio.

Terceira Linha de Defesa: Está representada pela Auditoria Interna, responsável por promover a avaliação independente das atividades desenvolvidas tanto pela primeira quanto pela segunda linha, permitindo à alta administração aferir a adequação dos controles, a efetividade da gestão e o cumprimento das normas internas e requisitos regulamentares, além da suficiência dos controles internos próprios implementados.

4.3. Disseminação da Cultura de Riscos

O Código de Ética e Conduta do Bari formaliza as diretrizes de comportamento profissional e de responsabilidades a serem observadas na condução dos requisitos éticos aceitáveis, contribuindo sempre para o respeito, a transparência, a responsabilidade, a sustentabilidade, a diversidade e o profissionalismo.

O Bari está comprometido em proporcionar um ambiente de trabalho ético, transparente e em conformidade com as regulamentações vigentes. Para alcançar esse objetivo, anualmente são realizados treinamentos e/ou divulgação de e-mails abrangendo os temas obrigatórios a diversas áreas fundamentais para o bom funcionamento da instituição. Os treinamentos ficam disponíveis para os colaboradores na página da intranet do Bari.

4.4. Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

O Conglomerado utiliza metodologias para mensurar os riscos de capital, de concentração, de crédito, de liquidez, de perda financeira e de taxa de juros, os quais são gerenciados através de indicadores que estão formalizados na RAS. Para cada indicador é atribuído o apetite institucional e adicionalmente para que ações tempestivas sejam realizadas, também são atribuídos parâmetros de

alertas, os quais são monitorados mensalmente e podem ser utilizados como balizadores para tomada de decisão, evitando que os limites sejam atingidos e/ou ultrapassados.

A descrição metodológica de cada um desses indicadores está formalizada no documento interno denominado "Nota Técnica da RAS".

4.5. Reportes

As instituições enquadradas no Segmento "S4" estão dispensadas, consoante previsto na Resolução CMN nº 4557, art.60, inciso XIX, de constituir Comitê de Riscos. Entretanto, em cumprimento aos princípios da boa governança corporativa, o Bari estabeleceu, alternativamente, a Comissão de Supervisão de Riscos.

O gerenciamento de todos os riscos, de forma integrada, é reportado periodicamente ao *Chief Risk Officer* (CRO) – Diretor de Risco, o qual tem como principais atribuições: supervisionar a estrutura de gerenciamento de riscos; adequação à RAS, objetivos estratégicos, políticas, processos, relatórios e sistemas utilizados; reportar e prestar suporte ao Conselho de Administração no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital e participar de aprovações de propostas de reclassificações de instrumentos entre carteiras de negociação e bancária. Reportes também são realizados à diretoria do Bari através das reuniões da Comissão de Supervisão de Riscos, que tem como principais atribuições: assessorar a diretoria proporcionando uma visão crítica e abrangente da evolução dos riscos e de seus impactos; avaliar e reavaliar periodicamente os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos ("RAS") e propor recomendações sobre políticas, estratégias, limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, planos de contingência de liquidez e plano de capital.

Na ocorrência de exceções às políticas de gerenciamento de riscos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS, a estrutura de gerenciamento integrado de riscos reporta tempestivamente à diretoria do Bari.

Ademais, mensalmente são disponibilizados relatórios à Alta Administração contendo informações sobre os limites operacionais, projeções de liquidez e exposições a risco de taxa de juros e semestralmente são formalizados relatórios integrando as informações de gestão de riscos e de capital, os quais são enviados ao Conselho de Administração.

4.6. Teste de Stress

Os testes de estresse realizados pelo Bari, tem por objetivo a avaliação prospectiva de potenciais vulnerabilidades e impactos que possam afetar seu capital, liquidez e a qualidade da carteira de crédito. Essa avaliação permite a elaboração de planos de contingência e possibilita ao Bari realizar um gerenciamento de riscos e de capital alinhado ao seu modelo de negócio.

Os testes de stress consideram os portfólios da carteira de crédito consignado, carteira de crédito imobiliário e produtos de captação. São realizados testes dentro de cenários com diferentes perspectivas, como por exemplo: i) cenário para risco crédito: considera o rebaixamento de nível(eis) de provisionamento para avaliar o impacto sobre a PDD e o resultado; ii) cenário para risco de taxa de juros: teste de sensibilidade sobre a margem financeira (somente receitas e despesas de juros), com simulações de impactos de alterações a partir de de 100 bps (basis points), o equivalente a 1%, na curva de juros, a fim de avaliar o quanto essas alterações/variações impactam a margem financeira da instituição; iii) Cenário para risco de liquidez: considerando redução nas novas captações e nas renovações das captações vincendas, aumento na inadimplência nas operações de crédito, com o objetivo de observar o comportamento do caixa em um cenário desfavorável; e iv) cenário para risco de capital: utilizamos os cenários de stress para a taxa Selic e para o IPCA, considerando o relatório de estabilidade financeira emitido pelo Banco Central do Brasil, como base nos testes de stress macroeconômicos. Em adição, são realizados teste de stress interno para capital sobre a PDD considerando dois cenários: o primeiro com um incremento mais leve e o segundo um cenário mais agressivo.

Os cenários, premissas e modelos são examinados pelo Conselho de Administração, que se manifesta a respeito.

4.7. Gerenciamento de Capital

Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I – monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II – avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- III – planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O processo de identificação e avaliação dos riscos relevantes é realizado com periodicidade mínima anual, através do Plano de Capital, contemplando os riscos considerados no cálculo do capital regulamentar.

A projeção da necessidade de capital é feita com base no orçamento do Bari, que tem por premissas: a) a previsão do crescimento dos ativos de crédito; b) projeção dos passivos de captação para suportar a liquidez, considerando a necessidade de crescimento dos referidos ativos e, c) cuidando para que o diferencial de receitas e despesas leve ao crescimento do patrimônio. Dessa forma, o citado orçamento explicita uma projeção para os próximos 3 (três) anos das contas ativas e passivas, incluindo, em consequência, o patrimônio necessário para suportar a evolução prevista.

O Bari possui um plano de contingência de capital, o qual está formalizado no Plano de Capital da Companhia. Abaixo, são descritas as ações por ordem de viabilidade:

- a) Emissão de Instrumentos Elegíveis a Capital, tal como letra financeira subordinada;
- b) Aumento de Capital;
- c) Originar novas operações de modo a priorizar as que possuem menor fator de ponderação de risco;
- d) Emissão de CRIs sem coobrigação;
- e) Redução do requerimento de capital para risco de taxa de juros (IRRBB) através de casamento de indexadores;
- f) Reduzir e/ou parar de originar novas operações de crédito.

Com base no processo de gerenciamento de capital, o Bari demonstra ter patrimônio de referência suficiente para cobertura de seus riscos. Em dezembro de 2023, o índice de Basileia da instituição foi de 17,45%, índice realizado acima do mínimo regulatório, que atualmente é de 10,50%, considerando o mínimo de patrimônio exigido e os adicionais de capital.

Além de monitorar o índice de basileia são controlados: a razão de alavancagem, o índice de imobilização e demais métricas de mensuração de capital com reportes mensais ao corpo diretivo.